

DESPACHO

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador **LEODÔNIO MEDEIROS DANTAS** – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, para exarar Parecer sobre o **Projeto de Lei n.º 020/2024**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 22 de outubro de 2024

Hori Cally Donton Warte JOSÉ CARLOS DANTAS COSTA PRESIDENTE CMSJS



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

DESPACHO

Recebi hoje.

Nomeio o Excelentíssimo Senhor Vereador FRANCISCO SALES DE MEDEIROS NETO, como relator do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 020/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Sala das Comissões da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 22 de outubro de 2024.

LEODÔNIO MEDEIROS DANTAS PRESIDENTE DA CFO



PARECER N° 04/2024, DE 28 DE OUTUBRO DE 2024.

Ementa: "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo Municipal.

Relator: FRANCISCO SALES DE MEDEIROS

NETO.

I – RELATÓRIO:

- 1. A proposição em tela dispõe sobre a análise ao **Projeto de Lei n.º 020/2024**, que "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".
- 2. Inicialmente, a proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final que opinou **FAVORAVELMENTE** ao **PROJETO DE LEI Nº 020/2024**, oriundo do Poder Executivo Municipal.
- 3. Em continuidade ao processo legislativo, foi a proposição encaminhada a Comissão de Finanças e Orçamentos, conforme preceitua o art. 58, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN, para que opinasse acerca do Projeto de lei em comento.
- 4. Assim, o **Projeto de Lei n.º 020/2024**, de autoria do Poder Executivo, que "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências", encontra-se nesta Comissão de Finanças e Orçamento, em atendimento as Normas Regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria.
- 5. É o breve relatório.

II - VOTO:

6. A matéria disciplinada no presente Projeto de Lei é de competência desta Comissão, uma vez que nos moldes do art. 58, inciso I, do Regimento Interno, desta Câmara de Vereadores, a Comissão de



Finanças e Orçamento opinará, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente aquelas que tratem de proposta orçamentária. Vejamos:

Art. 58. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quando for o caso de:

I – proposta orçamentária;

7. Depreende-se do projeto, ainda, que a proposta segue os ditames exigidos pela Constituição Federal, especialmente no art. 165, inciso III e § 6°, que determina o seguinte:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

III – os orçamentos anuais; (...)

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

8. Do mesmo modo, está inserido na Lei Orgânica Municipal, especialmente no art. 105, § 3°:

Parágrafo Terceiro - O orçamento anual compreenderá:

- I o orçamento fiscal da Administração direta municipal, incluindo os seus fundos especiais;
- II os orçamentos das entidades de Administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;
- III o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- IV o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.
- 9. Ademais, esta Comissão verificou que, o projeto de lei ora analisado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais, apresentando também legalidade dentro dos conceitos da Lei Orgânica do Município. Ante o exposto, no que nos compete analisar, opinamos pela emissão do Parecer Favorável ao Projeto de Lei n.º 020/2024.

III - CONCLUSÃO:

9. Diante do exposto, não havendo óbices, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 020/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da



Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 28 de outubro de 2024.

> Francisco Sales DE MEDEIROS NETO **RELATOR**

Pelas conclusões do Relator.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2024.

PRESIDENTE

MEMBRO

discussão, na 15 sessão ordi

devede autubro

Plenário - CMSJS



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

REMESSA DOS AUTOS

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador **JOSÉ CARLOS DANTAS COSTA**, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Seridó/RN, encaminho o **Projeto de Lei n.º 020/2024**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Estima a RECEITA e fixa a DESPESA da Prefeitura Municipal de São José do Seridó para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São José do Seridó-RN, 28 de outubro de 2024.

LEODÔNIO MEDEIROS DANTAS PRESIDENTE DA CFO